



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

**TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DIFERENCIADO Nº 205000000623410**

MANIFESTAÇÃO DA AUTORIDADE FAZENDÁRIA Nº 235000000901634

**AUTORIDADE CONCEDENTE**

<b>CARGO:</b>	DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
<b>NOME:</b>	DILSON JIROO TAKEYAMA
<b>MATRÍCULA:</b>	9579613

**IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS**

NOME	IDENTIFICAÇÃO	INÍCIO DO BENEFICIÁRIO NA CONCESSÃO	FIM DO BENEFICIÁRIO NA CONCESSÃO
WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A	07.175.725/0010-50	03/03/2020	31/03/2026

**IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE**

<b>INSCRIÇÃO:</b>	25.508.393-9
<b>CNPJ/CPF:</b>	07.175.725/0010-50
<b>RAZÃO SOCIAL:</b>	WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A
<b>MUNICÍPIO:</b>	JARAGUÁ DO SUL

**DADOS DO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO**

<b>CÓDIGO DO BENEFÍCIO:</b>	999
<b>DESCRIÇÃO DO BENEFÍCIO:</b>	OUTRAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS NÃO CLASSIFICADAS. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.
<b>PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONCESSÃO:</b>	DE 03/2020 ATÉ 03/2026

**PARECER DA AUTORIDADE**

ICMS. TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DIFERENCIADO. OUTRAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS NÃO CLASSIFICADAS. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS. **CÓDIGO SAT 999.**

**PEDIDO DE PRORROGAÇÃO**

**DEFERIMENTO**

**I. Solicitação.**

A Requerente solicita prorrogação de seu Tratamento Tributário Diferenciado - TTD (Processo SEF 737/2023 anexado ao Processo SEF 1247/2020), Concessão nº 205000000623410, que a autoriza a proceder com a operação de montagem industrial para AEROGERADORES e GERADORES FOTOVOLTAICOS e suspensão do ICMS nas remessas das matérias-primas e produtos intermediários destinados a industrialização fora do estabelecimento (no local da utilização do produto).

**II. Análise.**

Tratam os autos de pedido de prorrogação do Tratamento Tributário Diferenciado - TTD que autoriza a Beneficiária a aplicação de procedimentos especiais quanto ao cumprimento de obrigações acessórias.

A Beneficiária requer a *Prorrogação do Regime especial para proceder com a operação de montagem industrial para Aerogeradores e Geradores Fotovoltaicos, em consonância com o inciso III do Artigo 4º, Inciso VII do Artigo 36 e inciso VIII do Artigo 43, do Regulamento do IPI, aprovado pelo Decreto 7.212 de 15/06/2010, quando:*

- i. O produto final for isento ou não tributado pelo ICMS;*
- ii. Possuir ciclo longo de fabricação;*
- iii. A cada etapa finalizada da produção ser necessário o envio/remessa de suas partes e peças para o local da obra;*
- iv. A montagem do produto final for realizada fora do estabelecimento do produtor e/ou no local da instalação do produto.*

Adicionalmente informa que *a prorrogação do regime especial atenderá a necessidade das operações realizadas pela requerente, na qual cada vez mais exige desenvolvimento visando atender as demandas de mercado e também a necessidade de adequação da legislação tributária no sentido de amparar fiscalmente tais operações.*

*Por fim, considerando a intenção de cada vez mais fortalecer negócios no Estado de Santa Catarina, espera retorno positivo ao pleito, visando sempre o crescimento mútuo, Estado e Contribuinte.*

A solicitação está compreendida no âmbito dos artigos 8º e 10º do Anexo 6 do RICMS/SC-01:

*Art. 8º Os regimes especiais, atendidas as conveniências da administração tributária, poderão ser cassados ou alterados a qualquer tempo.*

*(...)*

*Art. 10. Os pedidos de alteração e prorrogação de TTD seguirão os trâmites previstos no Capítulo II e serão processados nos mesmos autos do pedido original.*

*Parágrafo único. Salvo disposição em contrário constante do ato concessório, o TTD cujo pedido de prorrogação seja protocolado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data de término de seus efeitos, terá sua vigência automaticamente prorrogada até data em que for cientificado o interessado da decisão da autoridade competente quanto ao pleito formulado.*

Compete ao Diretor da Administração Tributária conceder a prorrogação pleiteada, nos termos do § 1º do art. 8º c/c o inciso III do § 2º do art. 1º do Anexo 6 do RICMS/SC-01.

A Requerente não possui pendência fiscal perante o fisco catarinense que impeça o deferimento da prorrogação, nos termos do § 4º do art. 1º do Anexo 6 do RICMS/SC-01.

## **II. Conclusão.**

Ante o exposto, opinamos pelo **DEFERIMENTO** da prorrogação do TTD, nos termos estabelecidos.

É o parecer.

**Documento emitido pelo Sistema de Administração Tributária – S@T, após a autorização eletrônica do Despacho Concessório. Uma cópia deste documento ficou armazenada no Sistema SAT.**

---O estado atual deste Tratamento Tributário Diferenciado pode ser consultado em [www.sef.sc.gov.br](http://www.sef.sc.gov.br)---